

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

Questão 1

Entre os tributos que os tabeliães, no exercício de suas atividades, pagam ao governo federal, inclui-se

- I o imposto de renda da pessoa jurídica.
- II o imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- III a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento da serventia.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 2

No Brasil, o primeiro registro de títulos e documentos foi instituído por lei publicada

- A** após a primeira República.
- B** no período colonial.
- C** no período do Império.
- D** na primeira República.
- E** no período do reino unido com Portugal.

Questão 3

Com relação ao exercício cumulativo da função de tabelião com cargo público de provimento por eleição, assinale a opção correta.

- A** O tabelião deve, caso seja eleito governador de estado, afastar-se de sua atividade no tabelionato, desde sua posse no cargo de caráter eletivo.
- B** Ao tabelião que seja eleito vereador é permitido manter o exercício de suas atividades no tabelionato, desde que haja compatibilidade de horários.
- C** Ao tabelião que seja eleito deputado federal pelo Distrito Federal é permitido manter o exercício de suas atividades no tabelionato, desde que haja compatibilidade de horários.
- D** O tabelião deve afastar-se de sua atividade no tabelionato, desde o momento de sua indicação a candidato por seu partido, no caso de candidatura a prefeito.
- E** O tabelião deve, caso seja eleito senador, afastar-se de sua atividade no tabelionato, desde sua posse no cargo de caráter eletivo.

Questão 4

Consoante o Decreto n.º 8.660/2016, que promulga a Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, incluem-se, entre os documentos públicos contemplados pelos termos da convenção,

- A** os documentos administrativos diretamente relacionados a operações aduaneiras.
- B** os documentos emitidos por agentes consulares.
- C** os documentos administrativos diretamente relacionados a operações comerciais.
- D** os documentos emitidos por agentes diplomáticos.
- E** os documentos provenientes de autoridade ou de agente público vinculados a qualquer jurisdição do Estado.

Questão 5

No caso de ação judicial de reconhecimento da usucapião em imóvel, nos termos do disposto no art. 216-A da Lei de Registros Públicos,

- A** é admissível que o autor peça a desistência da via judicial para a promoção da via extrajudicial.
- B** a ação será julgada procedente, caso, havendo pedido extrajudicial, este se conclua primeiramente, de modo favorável ao requerente.
- C** a ação será julgada improcedente, caso, havendo pedido extrajudicial, este se conclua primeiramente de modo desfavorável ao requerente.
- D** é admissível que o autor requeira, no mesmo sentido, o pedido pela via extrajudicial, o qual deve ser processado simultaneamente à ação judicial.
- E** a ação será extinta de imediato, se o juízo souber da existência de pedido extrajudicial.

Questão 6

A ata notarial destinada à instrução de procedimento extrajudicial de usucapião pode ser lavrada

- A** apenas por tabelião do município em que esteja domiciliado o proprietário do imóvel, conforme definido no Registro de Imóveis.
- B** apenas por tabelião do município em que esteja situado o imóvel usucapiendo.
- C** apenas por tabelião da unidade da Federação em que esteja domiciliado o requerente.
- D** por qualquer tabelião do Brasil.
- E** por qualquer tabelião da unidade da Federação em que esteja situado o imóvel usucapiendo.

Questão 7

Em conformidade com a Lei de Protesto, a central nacional de serviços eletrônicos deverá prestar, ao menos, serviços de

- I escrituração e emissão de duplicata sob a forma escritural.
- II escrituração e emissão de duplicata sob a forma física.
- III recepção e distribuição de títulos e documentos de dívida para protesto, independentemente de serem escriturais ou não.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 8

Se uma pessoa requerer uma certidão ao cartório de protestos, relativa a um protesto que tenha sido cancelado, com a respectiva averbação, então essa certidão, em conformidade com a Lei de Protesto,

- A** poderá ser emitida, se o requerente for o próprio credor.
- B** somente poderá ser fornecida por ordem judicial.
- C** poderá ser emitida, se o requerente for o próprio devedor.
- D** poderá ser fornecida sem restrição.
- E** não poderá ser emitida, em nenhuma hipótese.

Questão 9

Relativamente à abertura de matrícula de imóvel, assinale a opção correta.

- Ⓐ Uma matrícula somente pode ser aberta quando do primeiro ato de averbação.
- Ⓑ Ainda que originalmente o imóvel esteja matriculado em registro de imóveis de outra comarca, o proprietário pode obter a abertura de matrícula na circunscrição onde estiver situado o imóvel.
- Ⓒ Caso um imóvel esteja originalmente matriculado em registro de imóveis de outra comarca, é inadmissível a abertura de matrícula de ofício pelo oficial de registro da circunscrição onde estiver situado o imóvel.
- Ⓓ Havendo mais de um proprietário de um mesmo imóvel indivisível em condomínio, admite-se que o imóvel tenha duas matrículas.
- Ⓔ Uma matrícula somente pode ser aberta quando do primeiro ato de registro.

Questão 10

O registro de aquisição originária ensejará a abertura de matrícula de imóvel adquirido,

- I se ainda não houver matrícula para o imóvel.
- II se, ainda que o imóvel tenha matrícula, ela atinja parte de imóvel objeto de registro anterior.
- III se, ainda que o imóvel tenha matrícula, ela atinja, total ou parcialmente, mais de um imóvel objeto de registro anterior.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 11

No registro de títulos e documentos, será feita a transcrição de

- Ⓐ contrato entre gerador e desenvolvedor de projeto de crédito de carbono.
- Ⓑ jornais e demais publicações periódicas.
- Ⓒ contrato de penhor rural.
- Ⓓ penhor comum sobre coisas móveis.
- Ⓔ penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria.

Questão 12

Assinale a opção em que é corretamente citado e descrito livro que deve constar no registro de títulos e documentos.

- Ⓐ Livro A – para registro de contratos, atos constitutivos, estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como das fundações e das associações de utilidade pública
- Ⓑ Livro C Auxiliar – para o registro de proclama
- Ⓒ Livro D – indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer com presteza as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros
- Ⓓ Livro A – para a transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados em extratos em outros livros
- Ⓔ Livro 2 – Registro Geral

Questão 13

Segundo o Código de Normas Nacional, no caso de insuficiência da prova documental para a realização de suprimento total de assento de nascimento, o oficial receberá o requerimento como pedido de registro tardio de nascimento. A recepção do pedido nesses termos é realizada em nome do princípio da

- Ⓐ publicidade.
- Ⓑ rogação.
- Ⓒ legalidade.
- Ⓓ fungibilidade.
- Ⓔ continuidade.

Questão 14

No que se refere às situações registrais que envolvem natimortos, assinale a opção correta de acordo com as disposições da Lei n.º 6.015/1973.

- Ⓐ Aplicam-se a essas situações as disposições relativas ao registro de nascimento tardio.
- Ⓑ O registro de natimortos será feito no Livro D.
- Ⓒ No registro de natimortos, serão necessários dois assentos: o de nascimento e o de óbito, com elementos cabíveis e remissões recíprocas.
- Ⓓ É direito dos pais atribuir nome ao natimorto.
- Ⓔ É direito dos pais a atribuição de CPF ao natimorto.

Questão 15

Acerca do registro facultativo, efetuado no cartório de registro de títulos e documentos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente terão acesso ao conteúdo do registro efetuado o próprio requerente ou seus sucessores em linha reta ou colateral até o quarto grau.
- Ⓑ Esse registro não poderá ser utilizado como instrumento de cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada, nem para protesto, medida judicial ou negativação nos serviços de proteção ao crédito.
- Ⓒ Somente terá acesso ao conteúdo desse registro o próprio requerente, salvo requisição da autoridade fazendária ou determinação judicial.
- Ⓓ O referido registro gera efeitos perante terceiros.
- Ⓔ Esse registro, destinado ao arquivamento de conteúdo e data, pode servir como instrumento de notificação extrajudicial.

Questão 16

Os instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento, de competência do registro de títulos e documentos,

- Ⓐ exigem reconhecimento de firma para seu registro.
- Ⓑ deverão ser registrados no domicílio do credor.
- Ⓒ serão registrados no domicílio das partes, quando estas residirem na mesma circunscrição territorial.
- Ⓓ só poderão ser registrados no domicílio do fiador, caso as partes residam em circunscrições territoriais diversas.
- Ⓔ produzem efeitos desde o momento da prenotação.

Questão 17

De acordo com o previsto na legislação de regência, o registro integral de documento em registro de títulos e documentos

- Ⓐ não deve fazer referências a entrelinhas.
- Ⓑ consiste na trasladação do documento, com mesma ortografia e pontuação, com referências a entrelinhas ou a quaisquer acréscimos, alterações, defeitos ou vícios que tiver o original apresentado.
- Ⓒ deverá manter, em caso de documento mercantil, a mesma disposição gráfica do documento original, independentemente da concordância do interessado.
- Ⓓ consiste na declaração da natureza do documento, devendo conter valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data de assinatura e reconhecimento de firma.
- Ⓔ consiste na completa trasladação do original apresentado, devendo eventuais vícios ou defeitos ser corrigidos quando da conclusão do registro.

Questão 18

O registro de sociedades e fundações no registro civil das pessoas jurídicas deverá indicar

- Ⓐ a responsabilidade dos membros pelas obrigações sociais, exceto se ela não for subsidiária.
- Ⓑ as condições de extinção da pessoa jurídica, hipótese em que o patrimônio será liquidado.
- Ⓒ a sede da associação ou da fundação, o tempo de sua duração e o fundo social, de caráter obrigatório.
- Ⓓ a denominação e o fundo social, quando houver, dispensada a informação do tempo de sua duração.
- Ⓔ a possibilidade de reforma do estatuto, no que se refere à administração, e o modo como se dará a reforma.

Questão 19

Acerca da declaração de nascimento no registro civil das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se a declaração de nascimento contemplar pessoa que já tenha completado doze anos de idade, três testemunhas deverão assinar o requerimento na presença do oficial ou preposto expressamente autorizado para o registro.
- Ⓑ Ao procedimento de lavratura de assento de nascimento de indígena realizado fora do prazo será aplicado o procedimento específico de registro tardio.
- Ⓒ O requerimento do registro de nascimento será direcionado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do lugar de residência da pessoa interessada, dispensada a assinatura de testemunha.
- Ⓓ Caso a pessoa interessada não tenha moradia ou residência fixa, será competente para lavrar o assento de nascimento o oficial de registro civil do local onde a pessoa se encontrar.
- Ⓔ Na hipótese de a declaração de nascimento ser realizada fora do prazo legal, ela será denominada registro intempestivo.

Questão 20

Considerando-se a hipótese de declaração de nascimento referente a pessoa adulta incapaz internada em hospital psiquiátrico, é correto afirmar que

- Ⓐ será necessário indicar a idade da pessoa sempre com base em sua data de nascimento.
- Ⓑ apenas seus ascendentes são legitimados para requerer o registro.
- Ⓒ deverá constar a referência ao registro tardio no cabeçalho da certidão.
- Ⓓ o Ministério Público poderá requerer o registro diretamente ao oficial de registro civil competente.
- Ⓔ o pedido, quando instruído pelo Ministério Público, deverá ser acompanhado de cópias de documentos que possam auxiliar a qualificação da pessoa, com exceção de seu prontuário médico.

Questão 21

De acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores no que concerne ao direito notarial e registral, julgue os itens a seguir.

- I Nos concursos de remoção para serviços notariais e registrais, é necessário que o candidato tenha, na origem, a mesma titulação específica da serventia de destino pleiteada.
- II Admite-se que um procurador de estado que esteja em licença não remunerada assuma a delegação de serventia extrajudicial, uma vez aprovado no respectivo concurso público.
- III As receitas e despesas brutas das serventias extrajudiciais não são consideradas dados pessoais que devam ser protegidos sob o argumento do direito ao sigilo e à privacidade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 22

Com base na Lei de Registros Públicos, assinale a opção correta no que se refere ao nascimento, ao assento e à alteração do nome.

- Ⓐ Constatada divergência entre o nome do pai registrado na declaração de nascido vivo e a identificação apurada pelo registrador nos termos da lei civil, constitui dever do registrador civil de pessoas naturais recusar a lavratura do assento e devolver o documento para retificação administrativa perante a unidade de saúde.
- Ⓑ Na lavratura do assento de nascimento de irmãos gêmeos que recebam o mesmo prenome, a lei dispensa a inclusão de duplo prenome ou distinção no nome completo, desde que declarada expressamente a ordem de nascimento no assento.
- Ⓒ Na constância do casamento, a inclusão ou a exclusão do sobrenome do cônjuge poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil e averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial.
- Ⓓ A pessoa registrada, após atingir a maioridade civil, poderá requerer pessoalmente, prescindível a motivação, a alteração de seu prenome na via extrajudicial diretamente perante o oficial de registro civil, procedimento este que poderá ser realizado por até duas vezes sem necessidade de decisão judicial.
- Ⓔ No caso de criança que tenha nascido morta, o registro será lavrado no livro próprio com os elementos que couberem, sendo vedado aos pais atribuir nome à criança.

Questão 23

De acordo com a Lei n.º 8.935/1994, que dispõe sobre atribuições e competências dos notários e registradores, assinale a opção correta.

- A** A escolha do tabelião de notas para a lavratura da escritura pública é territorialmente vinculada, devendo as partes obrigatoriamente optar pelo tabelionato com jurisdição sobre o município do seu domicílio ou do lugar de situação do bem.
- B** Havendo mais de um tabelionato de protesto de títulos na mesma comarca, fica a critério exclusivo do apresentante a escolha da serventia para protocolização do documento de dívida.
- C** Informada ao juízo a negociação de precatório pelo tabelião de notas, serão ineficazes as cessões a pessoas não indicadas nessa comunicação notarial, desde que a respectiva escritura pública de cessão de crédito seja lavrada no prazo legal a ser contado do recebimento da comunicação pelo juízo.
- D** A participação de testemunhas instrumentárias é requisito indispensável de validade para a lavratura de atos notariais em que figure como parte pessoa com deficiência.
- E** É vedado ao tabelião de notas receber ou consignar o preço do negócio ou valores conexos, devendo as partes efetuar qualquer pagamento diretamente entre si ou mediante intermediação de instituições bancárias.

Questão 24

Com base nas disposições da Lei n.º 7.433/1985 relativas aos requisitos e à documentação exigida na lavratura de atos notariais, assinale a opção correta.

- A** As exigências e regras documentais estabelecidas pela Lei n.º 7.433/1985 para a lavratura de atos notariais restringem-se aos bens imóveis sujeitos a registro imobiliário, não alcançando instrumentos públicos que recaiam sobre coisas ou bens adquiridos por meio de documentos não sujeitos à referida matrícula.
- B** Na lavratura de escrituras públicas relativas a imóveis, o tabelião deve transcrever, no corpo do ato notarial, o conteúdo integral das certidões de propriedade, dos documentos de arrecadação do imposto de transmissão *inter vivos* e das certidões de ônus reais.
- C** A prova de quitação das obrigações condominiais perante o condomínio edilício exige a apresentação de declaração formal emitida e assinada pelo síndico com firma reconhecida em cartório, não bastando a declaração feita pelo próprio alienante no instrumento de alienação.
- D** Para o cumprimento do dever de conservação documental em cartório, os documentos e certidões apresentados para a lavratura da escritura pública devem ser retidos em suas vias originais.
- E** Ficam dispensadas a descrição e a caracterização detalhada de imóvel urbano na escritura pública, no caso de esses elementos constarem da certidão expedida pelo cartório de registro de imóveis.

Questão 25

Com relação às regras atinentes ao protesto de títulos, assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 9.492/1997.

- A** O protesto por falta de pagamento de letra de câmbio pode ser tirado contra o sacado mesmo que este não tenha aceitado o título, bastando a indicação do seu nome pelo credor.
- B** A proposta não exitosa de solução negocial prévia ao protesto, enviada ao devedor, e sua posterior conversão em protesto constituem atos autônomos e distintos para fins de cobrança de emolumentos.
- C** Revogada a ordem judicial de sustação do protesto, será obrigatória a expedição de nova intimação ao devedor pelo tabelionato, contando-se a partir do recebimento desta última o prazo limite para o pagamento da obrigação.
- D** A primeira intimação do devedor poderá ser realizada por meio de aplicativo de mensagens instantâneas e, caso não haja a comprovação do seu recebimento no prazo legal de três dias úteis, o oficial de protesto deverá providenciar a intimação pelos meios tradicionais.
- E** Na análise do título ou documento de dívida protocolizado, incumbe ao tabelião de protesto realizar o exame dos caracteres formais do documento, devendo obstar o registro do protesto caso constate a ocorrência de prescrição ou caducidade da obrigação.

Questão 26

O artigo da Constituição Federal de 1988 (CF) que determina que lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário classifica-se como norma

- A** de eficácia contida.
- B** programática.
- C** de eficácia plena.
- D** de eficácia absoluta.
- E** de eficácia limitada.

Questão 27

Assinale a opção correta a respeito dos direitos fundamentais.

- A** Lei de maio de 2026 que altere o processo eleitoral não poderá ser aplicada nas eleições de outubro desse mesmo ano.
- B** O aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, apesar de não poder ser votado.
- C** Para a organização sindical impetrar mandado de segurança coletivo, é necessária a autorização de seus filiados.
- D** O brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, perderá a nacionalidade brasileira.
- E** O brasileiro nato poderá ser extraditado por crime cometido antes do reconhecimento da nacionalidade originária.

Questão 28

Assinale a opção correta acerca da incorporação, da subdivisão ou do desmembramento de estados membros do Estado federal brasileiro.

- Ⓐ A consulta à população interessada no desmembramento de estados deve englobar toda a área afetada (desmembrada e remanescente).
- Ⓑ Para incorporação, subdivisão ou desmembramento de estados, há necessidade de oitiva da população interessada por intermédio de plebiscito ou referendo.
- Ⓒ É competência exclusiva do Congresso Nacional a aprovação do desmembramento, da subdivisão ou da incorporação de estados, por intermédio de decreto legislativo.
- Ⓓ A criação, a incorporação e o desmembramento de estados far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito ou referendo, à população dos estados envolvidos.
- Ⓔ Há necessidade de divulgação dos estudos de viabilidade estadual para a criação, a incorporação e o desmembramento de estados.

Questão 29

No que se refere ao Poder Legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), assinale a opção correta.

- Ⓐ As CPI não podem determinar busca e apreensão, ainda que essa diligência não se efetive em local inviolável e esteja devidamente fundamentada.
- Ⓑ A CPI deve investigar fato determinado, de tal sorte que é impedida de investigar outro fato, ainda que intimamente ligado com o fato principal.
- Ⓒ As CPI podem determinar as quebras de sigilo bancário e telefônico dos investigados, desde que mediante decisão fundamentada e desde que guarde relação com fato determinado, ainda que justificada de forma ulterior.
- Ⓓ Apesar de terem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, as CPI não podem determinar a indisponibilidade de bens.
- Ⓔ Os trabalhos da CPI podem ser prorrogados, desde que com o mesmo número de assinaturas para a sua instauração, e, em caso de necessidade, podem ultrapassar 90 dias do fim da legislatura.

Questão 30

Assinale a opção correta em relação ao Poder Executivo.

- Ⓐ O presidente da República pode delegar aos ministros de Estado a atribuição de conferir condecorações e distinções honoríficas.
- Ⓑ Em razão do princípio da simetria, a previsão de que o presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções estende-se aos governadores de estado.
- Ⓒ O presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, mesmo implicando aumento de despesa, incluindo-se a criação ou extinção de ministérios.
- Ⓓ Compete privativamente ao presidente da República decretar estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- Ⓔ Após denúncia ou queixa-crime contra o presidente da República por crime comum, ele somente será julgado após a admissão da acusação por dois terços da Câmara dos Deputados.

Questão 31

Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedada a concessão de férias coletivas em todos os juízes e tribunais.
- Ⓑ Os magistrados e os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública gozam das garantias da vitaliciedade, irredutibilidade de subsídio e inamovibilidade.
- Ⓒ O Conselho Nacional de Justiça pode receber e conhecer das reclamações contra serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, e, ainda, avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada a ampla defesa.
- Ⓓ Aos juízes é vedado o exercício da advocacia em qualquer juízo ou tribunal antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- Ⓔ Um quinto dos lugares de todos os tribunais será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Questão 32

No que concerne ao sistema tributário nacional e à ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

- Ⓐ As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade conjunta com o respectivo solo, para efeito de exploração ou aproveitamento.
- Ⓑ A autorização de pesquisa será, em regra, por prazo determinado, sendo permitida autorização por prazo indeterminado ao aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
- Ⓒ A comercialização de produtos derivados do petróleo nacional constitui monopólio da União.
- Ⓓ Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário mínimo.
- Ⓔ As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação ou sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

Questão 33

No que diz respeito à ordem social na CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da justiça desportiva.
- Ⓑ Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em centros coletivos de convivência.
- Ⓒ As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas são de sua propriedade, cabendo-lhes o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais.
- Ⓓ A seguridade social compreende a previdência, a saúde e a assistência social, e apenas a saúde não está vinculada à contraprestação do usuário.
- Ⓔ A localização das usinas que operem com reator nuclear deverá ser definida em lei municipal, atendidos os requisitos previstos na lei federal, não podendo essas usinas ser instaladas sem tal definição.

Questão 34

Assinale a opção em que são corretamente citadas as competências do governador que podem ser delegadas, de acordo com a Constituição do Estado do Mato Grosso, aos secretários de Estado, ao procurador-geral de justiça ou ao procurador-geral do estado.

- A** prover os cargos públicos estaduais conforme a lei e prestar, anualmente, à assembleia legislativa, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.
- B** enviar à assembleia legislativa o plano plurianual e prestar, anualmente, a essa assembleia, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.
- C** enviar à assembleia legislativa o plano plurianual e prover os cargos públicos estaduais, conforme disposto em lei.
- D** dispor sobre a organização e funcionamento da administração do estado conforme a lei e prover os cargos públicos estaduais, consoante a lei.
- E** dispor sobre a organização e funcionamento da administração do estado conforme a lei e prestar, anualmente, à assembleia legislativa, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Questão 35

Em relação ao controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a opção correta.

- A** É possível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo já revogado, desde que este tenha produzido efeitos.
- B** Não há possibilidade de ação direta de inconstitucionalidade para impugnar norma anterior à CF, porém o controle concentrado pode ser exercido por intermédio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- C** Governador de estado pode propor ação declaratória de constitucionalidade para declarar a constitucionalidade de lei estadual, desde que demonstre pertinência temática e controvérsia judicial relevante.
- D** O STF adota a visão jusnaturalista, de forma que há possibilidade de declaração de inconstitucionalidade de norma oriunda do poder constituinte originário.
- E** A propositura da ação equivocada do controle concentrado de constitucionalidade inviabiliza seu conhecimento, com fundamento na fungibilidade.

Questão 36

Assinale a opção em que é corretamente citada a medida reparatória do ato administrativo que apresenta vícios sanáveis.

- A** revogação
- B** convalidação
- C** decadência
- D** cassação
- E** anulação

Questão 37

Em licitação na modalidade pregão, o critério de julgamento poderá ser o de

- A** maior retorno econômico.
- B** maior desconto.
- C** melhor técnica.
- D** técnica e preço.
- E** melhor lance.

Questão 38

Com base no Decreto n.º 11.531/2023, assinale a opção que indica o instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos ou doação de bens, no qual o objeto e as condições da cooperação são previamente estabelecidos por órgão ou por entidade da administração pública federal.

- A** contrato de repasse
- B** acordo de adesão
- C** acordo de cooperação técnica
- D** convênio
- E** convênio de receita

Questão 39

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- I** O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.
- II** A responsabilidade do Estado relaciona-se à atuação de todo agente público no exercício da função pública: agentes políticos, servidores públicos estatutários, celetistas, temporários e até particulares em colaboração com o poder público.
- III** Depois de indenizar a vítima de dano causado por agente público no exercício da função, o Estado tem o dever de cobrar, regressivamente, o valor desembolsado perante o agente público causador efetivo do dano, tenha ele agido com dolo ou culpa.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 40

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), um agente público comissionado que permita a realização de despesas não autorizadas em lei

- A** não pratica improbidade, por ser agente comissionado.
- B** pratica ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- C** não pratica improbidade, por ser tal ato omissivo.
- D** pratica ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- E** pratica ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.

Questão 41

Para efeito da tributação do imposto de renda, o lucro anualmente apurado pela pessoa física equiparada a empresa individual em razão de operações com imóveis deve ser considerado distribuído no

- A** exercício seguinte ao da consumação da operação.
- B** momento da retirada do lucro da operação.
- C** ato do registro da operação no registro geral de imóveis (RGI).
- D** ano-base da apuração, de forma automática.
- E** momento do lançamento fiscal.

Questão 42

De acordo com o Código Tributário Nacional, o fato gerador da obrigação tributária

- Ⓐ decorre da efetiva constituição do crédito tributário, pelo lançamento.
- Ⓑ principal consiste em qualquer situação prevista em ato infralegal como suficiente para autorizar a cobrança do tributo.
- Ⓒ acessória corresponde à situação definida em lei como necessária e suficiente à configuração da responsabilidade tributária.
- Ⓓ acessória somente pode decorrer de lei complementar que discipline deveres instrumentais do contribuinte.
- Ⓔ é a situação definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência dessa obrigação.

Questão 43

Assinale a opção em que é corretamente apresentada uma hipótese de imunidade tributária, considerando os requisitos legais específicos.

- Ⓐ ISSQN sobre serviços de publicidade prestados por empresa jornalística em periódicos
- Ⓑ IPTU de imóvel pertencente a sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica em regime concorrencial
- Ⓒ taxa de coleta de lixo incidente sobre o imóvel onde são realizadas as celebrações de templo de qualquer culto
- Ⓓ IPTU incidente sobre imóvel vinculado às finalidades essenciais de instituição de educação sem fins lucrativos
- Ⓔ IPVA de veículo de propriedade de partido político utilizado por empresa terceirizada contratada para atividades comerciais

Questão 44

Assinale a opção correta a respeito da natureza jurídica da contribuição ao INSS e do recolhimento ao FGTS.

- Ⓐ A contribuição ao INSS e o recolhimento ao FGTS possuem a mesma natureza jurídica de taxa, pois ambos decorrem de atuação estatal específica em favor do trabalhador.
- Ⓑ A contribuição ao INSS não tem natureza tributária, porque decorre da relação de trabalho; já o recolhimento ao FGTS tem natureza tributária, porque tem caráter compulsório.
- Ⓒ Tanto a contribuição ao INSS quanto o recolhimento ao FGTS têm natureza estritamente trabalhista, pois ambos decorrem diretamente do contrato de emprego.
- Ⓓ A contribuição ao INSS tem natureza tributária, sendo uma espécie de contribuição social; já o recolhimento ao FGTS não tem natureza tributária, sendo um pagamento de caráter trabalhista.
- Ⓔ Tanto a contribuição ao INSS quanto o recolhimento ao FGTS têm natureza tributária, razão por que ambos se submetem integralmente às normas do CTN.

Questão 45

De acordo com a legislação tributária federal, o sujeito passivo que deixar de apresentar a declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ) estará sujeito

- Ⓐ a representação fiscal para fins penais, com aplicação de multa somente em caso de reincidência.
- Ⓑ ao arbitramento imediato do lucro real, com perda definitiva do direito de retificação da declaração e incidência de juros de mora.
- Ⓒ a intimação para apresentar a declaração original no prazo estipulado pelo fisco e pagamento de multa.
- Ⓓ ao lançamento por arbitragem do imposto devido, com multa em percentual fixo sobre o valor total da receita bruta, independentemente de prévia intimação.
- Ⓔ à suspensão automática da inscrição no CNPJ até a apresentação da declaração em atraso, sem aplicação de multa.

Questão 46

No direito tributário, a isenção é considerada uma hipótese de

- Ⓐ exclusão do crédito tributário.
- Ⓑ remissão do crédito tributário.
- Ⓒ anistia do crédito tributário.
- Ⓓ extinção do crédito tributário.
- Ⓔ suspensão do crédito tributário.

Questão 47

Consoante a jurisprudência dos tribunais superiores, sobre imóvel localizado na área urbana do município incidirá

- Ⓐ IPTU ou ITR, ainda que o imóvel seja utilizado em exploração agroindustrial, devendo ser observado o que estiver previsto na legislação municipal.
- Ⓑ apenas IPTU, sendo irrelevante sua destinação econômica, porque o critério espacial prevalece sobre qualquer outro.
- Ⓒ apenas ITR, desde que o imóvel seja comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- Ⓓ apenas IPTU se tal imóvel for utilizado em atividade agrícola, salvo se houver lei municipal expressa que afaste a tributação.
- Ⓔ simultaneamente IPTU e ITR caso o imóvel seja explorado em atividade rural, em razão da competência tributária concorrente dos entes federativos.

Questão 48

Conforme a jurisprudência do STJ, a base de cálculo do ITBI

- Ⓐ prescinde da consideração do valor da transação declarado pelo contribuinte, visto que é tributo sujeito a lançamento de ofício.
- Ⓑ é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que não pode ser utilizada como piso de tributação.
- Ⓒ é sempre o maior valor entre o declarado pelo contribuinte e o valor venal adotado para o IPTU, em atenção ao princípio da supremacia do interesse público.
- Ⓓ corresponde necessariamente ao valor venal utilizado para o lançamento do IPTU, admitindo-se sua utilização, no mínimo, como piso de tributação.
- Ⓔ pode ser fixada previamente pelo município com base em valor de referência estabelecido unilateralmente pela administração tributária, independentemente de procedimento administrativo.

Questão 49

Considerando as normas do direito tributário, assinale a opção correta em relação à diferença entre decadência e prescrição.

- Ⓐ O prazo da prescrição corre antes da constituição definitiva do crédito tributário; o da decadência somente se inicia após o vencimento da execução fiscal.
- Ⓑ A decadência extingue a pretensão de cobrar judicialmente o crédito tributário já constituído, ao passo que a prescrição extingue o direito de a fazenda pública constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- Ⓒ A decadência atinge o direito de constituir o crédito tributário e a prescrição, a pretensão de cobrar judicialmente o crédito já constituído.
- Ⓓ A decadência somente se aplica a tributos sujeitos a lançamento por homologação e a prescrição, apenas aos tributos sujeitos a lançamento de ofício.
- Ⓔ Decadência e prescrição possuem o mesmo objeto, diferenciando-se apenas pelo prazo aplicável a cada espécie tributária.

Questão 50

De acordo com o disposto na legislação tributária previdenciária, considera-se empresa, para fins de custeio da seguridade social, a

- Ⓐ pessoa jurídica que exerça atividade econômica urbana, não se aplicando o conceito às atividades rurais.
- Ⓑ pessoa física que exerça atividade econômica, ainda que sem empregados, excluídas as cooperativas e associações.
- Ⓒ pessoa jurídica de direito privado que explore atividade econômica com finalidade lucrativa, não se incluindo os entes da administração pública.
- Ⓓ sociedade empresária regularmente registrada na junta comercial, excluídos os órgãos públicos e as entidades sem fins lucrativos.
- Ⓔ firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.

Questão 51

De acordo com o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, a pessoa que comprovadamente sofra de doença de Alzheimer será considerada

- Ⓐ plenamente capaz, correndo contra ela prazo prescricional.
- Ⓑ relativamente incapaz, correndo contra ela prazo prescricional.
- Ⓒ absolutamente incapaz, correndo contra ela prazo prescricional.
- Ⓓ relativamente incapaz, não correndo contra ela prazo prescricional.
- Ⓔ absolutamente incapaz, não correndo contra ela prazo prescricional.

Questão 52

Segundo o Código Civil e o entendimento do STJ, a sucessão definitiva, no caso de ausência, ocorre apenas após o transcurso do prazo de

- Ⓐ cinco anos da sentença que determinou a abertura da sucessão provisória.
- Ⓑ dez anos contados da data da abertura da sucessão.
- Ⓒ dez anos do trânsito em julgado da sentença que determinou a abertura da sucessão provisória.
- Ⓓ cinco anos contados da data da abertura da sucessão.
- Ⓔ cinco anos contados do trânsito em julgado da sentença que determinou a abertura da sucessão provisória.

Questão 53

Segundo o Código Civil e a jurisprudência do STJ, na hipótese em que a demora na entrega das chaves de imóvel adquirido decorre de entraves burocráticos relacionados ao pagamento por carta de consórcio, sendo esse atraso imputável ao vendedor, o adquirente passa a ser responsável pelo pagamento das taxas condominiais a partir

- Ⓐ do registro do imóvel no cartório de registro de imóveis.
- Ⓑ da expedição da carta de crédito pelo consórcio.
- Ⓒ da celebração do negócio jurídico, ainda que não tenha ocorrido a entrega das chaves.
- Ⓓ da imissão na posse, salvo culpa exclusiva do comprador.
- Ⓔ da assinatura do contrato de compra e venda, independentemente da posse.

Questão 54

De acordo com o disposto no Código Civil e com a jurisprudência do STJ, a responsabilidade civil decorrente de descumprimento de contrato compromisso de compra e venda

- Ⓐ decai em um ano.
- Ⓑ prescreve em dez anos.
- Ⓒ decai em quatro anos.
- Ⓓ prescreve em cinco anos.
- Ⓔ prescreve em três anos.

Questão 55

Consoante o disposto no Código Civil e o entendimento do STJ, se o vendedor descumpre a obrigação, prevista em contrato de compra e venda, de construir e disponibilizar as infraestruturas básicas do loteamento do imóvel vendido e, ainda assim, ocorre o registro do contrato,

- Ⓐ o comprador deve cumprir integralmente o contrato, podendo apenas pleitear abatimento proporcional do preço, sem resolução.
- Ⓑ inexistente inadimplemento, pois o registro do contrato supre a ausência de infraestrutura.
- Ⓒ o descumprimento contratual é irrelevante, cabendo apenas indenização por perdas e danos, sem possibilidade de resolução.
- Ⓓ o registro do contrato convalida o descumprimento, impedindo a resolução da avença.
- Ⓔ caracteriza-se o inadimplemento relevante do contrato pelo vendedor, circunstância que autoriza a resolução da avença a pedido do comprador.

Questão 56

Foi estabelecido, por meio de contrato, que um posto varejista (promissário comprador) ficaria obrigado a adquirir quantidades mínimas mensais de combustível de determinada distribuidora (promitente vendedora), sob pena de incidência de cláusula penal compensatória. Ao longo de seis anos, a prometente vendedora deixou de exigir o cumprimento da prestação nos termos contratados, tendo admitido reiteradamente a aquisição, pelo promissário comprador, de quantidade inferior à contratada.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ,

- Ⓐ a cláusula penal permanece exigível, mas deve ser reduzida equitativamente pelo juiz, independentemente da existência de confiança legítima.
- Ⓑ a tolerância do credor configura mera liberalidade, não produzindo efeitos jurídicos capazes de afastar a incidência da cláusula penal.
- Ⓒ a cláusula penal permanece exigível e somente deixaria de incidir se houvesse renúncia expressa do credor ao direito de exigir o cumprimento da obrigação nos termos originalmente pactuados.
- Ⓓ o inadimplemento autoriza a incidência automática da cláusula penal, independentemente da conduta anterior das partes.
- Ⓔ o inadimplemento não poderá implicar a incidência da cláusula penal compensatória contratada, pois ocorreu a *supressio*, que inibiu o exercício de um direito pelo seu não exercício prolongado, e a *surrectio*, consistente na aquisição de posição jurídica de expectativa legitimamente despertada pela conduta reiterada.

Questão 57

Conforme o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, na hipótese de contrato de locação de veículos por prazo determinado em que a locatária notifica, meses antes do término do prazo contratual, que não tem interesse na renovação do contrato, a notificação

- Ⓐ destina-se a demonstrar a ausência de intenção de prorrogação tácita do contrato por prazo indeterminado, não tendo a função de constituir o locatário em mora.
- Ⓑ tem a função de constituir o locatário em mora, antecipando os efeitos do inadimplemento contratual.
- Ⓒ tem por finalidade extinguir automaticamente o contrato antes do termo final.
- Ⓓ configura denúncia vazia, capaz de rescindir unilateralmente o contrato antes do término do prazo.
- Ⓔ tem como objetivo modificar unilateralmente as cláusulas contratuais relativas ao prazo da locação.

Questão 58

De acordo com o disposto no Código Civil e com a jurisprudência do STJ, a doação

- Ⓐ independe de aceitação do donatário para ter validade, bastando a manifestação unilateral do doador.
- Ⓑ pode incluir todos os bens do doador, ainda que sem reserva de parte suficiente para sua subsistência.
- Ⓒ é contrato solene, admitindo-se a forma verbal apenas quando se tratar de bens imóveis de pequeno valor, desde que haja imediato registro.
- Ⓓ é contrato formal, não sendo admitida a forma verbal em nenhuma hipótese.
- Ⓔ é contrato solene, admitindo-se a forma verbal apenas quando se tratar de bens móveis de pequeno valor e desde que haja imediata tradição.

Questão 59

Determinada pessoa transgênero não binária ajuizou ação de retificação de registro civil para que constasse o termo “neutro” como identificação de gênero em seus documentos, ao argumento de que a identidade binária (gênero masculino/gênero feminino) não correspondia à sua realidade existencial. O juízo de primeiro grau indeferiu o pedido ao fundamento de que inexistia norma jurídica expressa que autorize o reconhecimento de gênero neutro no registro civil.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base no entendimento do STJ e nos princípios que regem o direito da personalidade.

- Ⓐ A retificação do registro civil para inclusão de gênero neutro é cabível exclusivamente após realização de procedimento cirúrgico de redesignação sexual, por exigência implícita do sistema registral, que pressupõe correspondência entre o estado biológico do indivíduo e seu documento de identificação.
- Ⓑ O pedido deve ser acolhido, pois a cláusula geral de proteção à personalidade, conjugada com os princípios da dignidade da pessoa humana e do livre desenvolvimento da personalidade, autoriza a retificação do registro civil para constar gênero neutro, suprindo-se a lacuna legislativa sobre o tema.
- Ⓒ O indeferimento do pedido é correto, pois o princípio da legalidade estrita impede que o juiz reconheça direitos não previstos em lei, sendo vedada a utilização de analogia ou princípios gerais do direito em matéria de estado da pessoa natural.
- Ⓓ O pedido deve ser parcialmente acolhido apenas para permitir a supressão do campo de gênero no registro civil, vedada, contudo, a inclusão da categoria “neutro”, por ausência de previsão normativa específica que a consagre expressamente.
- Ⓔ O pedido somente poderia ser apreciado pelo Poder Judiciário após prévio requerimento administrativo perante o cartório de registro civil, e o processo deveria ser extinto sem resolução do mérito por ausência de interesse de agir, pois a via judicial, em matéria de retificação registral, possui natureza subsidiária em relação à via extrajudicial.

Espaço livre

Questão 60

Marcos, com 16 anos de idade completos, celebrou contrato de trabalho como assistente administrativo em empresa de tecnologia, com carteira de trabalho devidamente assinada e salário mensal superior ao mínimo legal, o que lhe conferia economia própria. Tempos depois, Marcos foi dispensado, sem justa causa, antes de completar 18 anos de idade. Na mesma semana da rescisão contratual, Marcos pretendia celebrar contrato de locação de imóvel residencial em seu próprio nome.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca de emancipação e capacidade civil.

- Ⓐ A emancipação legal de Marcos, adquirida pelo exercício de relação de emprego com economia própria aos 16 anos de idade, é irrevogável, de modo que a posterior rescisão contratual antes dos 18 anos de idade não restaura sua incapacidade civil, sendo ele plenamente capaz para celebrar o contrato de locação.
- Ⓑ A emancipação de Marcos é válida, mas produz efeitos restritos ao âmbito das relações trabalhistas, sendo insuficiente para habilitá-lo à plena capacidade civil em outros campos do direito, como na celebração autônoma de contratos de locação ou outros negócios jurídicos cíveis.
- Ⓒ Para que Marcos fosse considerado emancipado pela relação de emprego, seria imprescindível que seus pais ou responsáveis legais tivessem outorgado instrumento público de emancipação voluntária, pois a assinatura da carteira de trabalho, por si só, configura mero ato de assistência para o ato negocial, sem o condão de produzir a emancipação legal.
- Ⓓ Marcos nunca se emancipou validamente, pois a emancipação pelo exercício de relação de emprego com economia própria constitui modalidade de emancipação judicial que requer, necessariamente, sentença do juiz competente e intervenção do Ministério Público para que produza efeitos.
- Ⓔ Marcos adquiriu emancipação legal com a celebração do contrato de trabalho com economia própria, mas sua dispensa sem justa causa antes dos 18 anos de idade acarretou-lhe o retorno automático ao estado de incapacidade relativa, pois a causa emancipatória deixou de existir, cessando, por consequência, sua plena capacidade civil.

Questão 61

Em relação ao reconhecimento voluntário da parentalidade socioafetiva perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A inclusão de mais de um ascendente socioafetivo no mesmo polo da filiação — paterno ou materno — poderá ser autorizada pelo próprio registrador, desde que instruída por parecer favorável do Ministério Público e anuência expressa do reconhecendo.
- Ⓑ O reconhecimento voluntário da filiação socioafetiva admite a forma bilateral, desde que não implique o registro de mais de dois pais e de duas mães no campo referente à filiação no assento de nascimento.
- Ⓒ O reconhecimento voluntário da parentalidade socioafetiva pode ser requerido por maiores de 18 anos de idade, independentemente do estado civil, desde que o requerente seja pelo menos 16 anos mais velho que o filho a ser reconhecido, sendo inadmissível o reconhecimento entre irmãos e entre ascendentes e seus descendentes.
- Ⓓ Atendidos os requisitos formais e materiais, o registrador procederá diretamente ao registro da paternidade ou da maternidade socioafetiva, dispensando-se o encaminhamento do procedimento ao Ministério Público nos casos em que o reconhecendo tiver mais de 18 anos de idade.
- Ⓔ O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva é irrevogável, sendo vedada sua desconstituição por qualquer via, inclusive a judicial.

Questão 62

Alberto, testador sem herdeiros necessários, lavrou testamento público há 15 anos, no qual destinou imóvel comercial como legado a Beatriz, com cláusulas de incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade, tendo declarado expressamente que “o aluguel do bem lhe garantiria o sustento”. Após a morte de Alberto, verificou-se que o imóvel sofrera drástica desvalorização de mercado, o que tornou seu aluguel irrisório e incapaz de cumprir a finalidade expressa. Beatriz postula, em juízo, que o testamento seja interpretado de forma a lhe assegurar a alienação do próprio imóvel e a aplicação do produto da venda em renda vitalícia compatível com o sustento que o testador pretendia garantir, preservando-se assim a finalidade econômica e existencial da disposição testamentária. Os herdeiros legítimos de Alberto resistem à pretensão, argumentando que o ordenamento jurídico impõe que prevaleça a vontade do testador tal como literalmente declarada — a saber, a percepção dos aluguéis —, sem possibilidade de revisão ou adaptação do conteúdo da disposição em razão de fato superveniente.

Considerando a situação hipotética precedente, bem como as normas que regem a sucessão testamentária e a jurisprudência do STJ acerca do tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ A garantia constitucional do direito à herança tem como sujeito preferencial o próprio testador, razão por que a vontade deste, expressamente manifestada no testamento, prevalece sobre a modificação ulterior das circunstâncias fáticas.
- Ⓑ A vontade do testador impede a revisão do conteúdo das disposições testamentárias em razão de fatos supervenientes, sob pena de violação à autonomia privada.
- Ⓒ O princípio do *favor testamenti* impõe que, na interpretação das cláusulas testamentárias, se prefira a inteligência que faz valer o ato àquela que o reduz à insubsistência; contudo, como a vontade de Alberto foi expressa de forma clara e inequívoca — a percepção dos aluguéis do imóvel —, inexistente ambiguidade ou obscuridade que autorize interpretação diversa, de modo que a pretensão de Beatriz deve ser rejeitada.
- Ⓓ A superveniência de fatos que tornam inviável a finalidade do legado configura, automaticamente, nulidade parcial do testamento por impossibilidade superveniente do objeto, devendo o juiz declarar a invalidade da disposição testamentária.
- Ⓔ A interpretação do testamento deve ser sistemática, podendo o juiz considerar a mudança superveniente das circunstâncias, a fim de adequar a disposição testamentária à finalidade originalmente expressa pelo testador.

Questão 63

Ivone, idosa de 75 anos de idade com histórico de episódios esporádicos de confusão mental registrados em prontuário médico, elaborou testamento cerrado em 31/8/2005, na presença de duas testemunhas e perante Luciana, servidora do cartório que se apresentava na condição de tabeliã substituta e assinava todos os atos notariais com carimbo funcional. A tabeliã titular estava fisicamente presente no cartório durante o ato, mas permaneceu em silêncio. Em 2009, Ivone faleceu. Sobrinhos e irmãs da testadora ajuizaram ação anulatória do testamento, tendo eles alegado: (i) incapacidade cognitiva de Ivone no momento da lavratura, comprovada pelos prontuários médicos que registravam os referidos episódios de confusão; e (ii) vício formal insanável, uma vez que Luciana não estava formalmente investida no cargo de tabeliã substituta na data da lavratura. O juízo de primeiro grau julgou improcedente a ação. O tribunal de apelação reformou a sentença e anulou o testamento, tendo acolhido ambas as alegações.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com o ordenamento jurídico e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da sucessão testamentária.

- Ⓐ A teoria da aparência, embora consolidada nas relações obrigacionais e empresariais, é incompatível com o direito sucessório testamentário, cujo regime de solenidades essenciais impõe apreciação estritamente literal dos requisitos formais, sendo o vício na investidura do tabelião causa autônoma e suficiente de nulidade absoluta, independentemente da boa-fé dos envolvidos.
- Ⓑ A capacidade para testar é presumida, recaindo o ônus da prova sobre quem alega a incapacidade, a qual deve ser aferida no momento da lavratura do testamento, e meros episódios pretéritos de confusão mental, sem prova robusta e contundente referida à data do ato, são insuficientes para afastar essa presunção.
- Ⓒ A incapacidade cognitiva superveniente à lavratura do testamento, comprovada por laudos médicos posteriores ao ato, invalida retroativamente a cédula testamentária, por comprometer a continuidade da vontade livre e consciente do testador até a abertura da sucessão.
- Ⓓ A presença de registros médicos que documentam episódios esporádicos de confusão mental da testadora constitui prova suficiente para a declaração de incapacidade cognitiva no momento da lavratura do testamento, sendo correto o acórdão que o anulou.
- Ⓔ O vício formal decorrente da lavratura do testamento cerrado por servidora não formalmente investida no cargo de tabeliã substituta é insanável e gera nulidade absoluta do testamento, independentemente da boa-fé da testadora e das testemunhas, pois as solenidades essenciais à validade do testamento não admitem convalidação por elementos extrínsecos ao ato.

Questão 64

Carlos celebrou promessa de compra e venda de lote situado em loteamento de acesso controlado, sem cláusula de arrependimento, com pagamento em parcelas. O contrato foi registrado no cartório de imóveis e Carlos está na posse do imóvel, mas, como ainda não quitou integralmente o preço, a escritura definitiva não lhe foi outorgada. A associação de moradores do loteamento nega a Carlos o fornecimento de cartão de acesso, exige que ele se identifique a cada ingresso e impede a entrada de visitantes e entregadores que se destinem ao seu imóvel, sob o duplo argumento de que: (a) Carlos não é proprietário registrado; e (b) o cartão de acesso é benefício reservado aos associados que pagam mensalidade. A associação sustenta, ainda, que o único direito real que assistiria a Carlos seria o de exigir a adjudicação compulsória do imóvel ao final do pagamento.

Com base nessa situação hipotética, na legislação que rege a matéria e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ O único direito real que assiste a Carlos é o de exigir a adjudicação compulsória do imóvel, judicial ou extrajudicialmente, após a quitação integral do preço; enquanto não concluído o contrato definitivo, Carlos não pode invocar direitos ligados ao acesso ao loteamento em face de terceiros, como a associação de moradores, pois sua situação jurídica é equivalente à de um locatário ou comodatário.
- Ⓑ A associação age lícitamente, pois Carlos ainda não é proprietário registrado, e o direito do promitente comprador gera, entre as partes, apenas efeitos obrigacionais; os efeitos reais — oponibilidade a terceiros, inclusive à associação — apenas se produzem com a outorga da escritura definitiva e seu registro no cartório de imóveis.
- Ⓒ Carlos tem direito à livre entrada de visitantes e entregadores identificados, mas não ao fornecimento de cartão de acesso, pois o direito real do promitente comprador, embora oponível a terceiros após o registro, não confere ao seu titular os mesmos benefícios disponíveis a proprietários plenos, dentre os quais se inclui o cartão de acesso associativo, que pressupõe vínculo definitivo com o imóvel.
- Ⓓ Carlos tem direito ao cartão de acesso e à livre entrada de visitantes identificados; contudo, a exigência de associação como condição para obtenção do cartão é lícita, pois o controle de acesso é serviço custeado pelos associados; veda-se apenas o impedimento absoluto de ingresso, sendo legítima a diferenciação de tratamento entre associados e não associados.
- Ⓔ Carlos tem direito ao fornecimento de cartão de acesso mediante cadastro único e à livre entrada de visitantes e entregadores identificados, pois o contrato de promessa de compra e venda registrado, sem cláusula de arrependimento, confere-lhe direito real oponível a terceiros, e, na condição de morador com posse própria do imóvel, ele não pode ser tratado de forma distinta dos moradores associados quanto ao acesso às vias públicas do loteamento, tampouco ter o fornecimento do cartão condicionado à adesão à associação.

Questão 65

Acerca do regime jurídico do condomínio edilício, assinale a opção correta.

- Ⓐ O promissário comprador imitido na posse da unidade imobiliária cujo condomínio tenha sido cientificado da transação tem legitimidade para participar e votar nas assembleias condominiais, independentemente do registro ou da averbação do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.
- Ⓑ É lícita a vedação, por norma condominial interna aprovada em assembleia, do uso das áreas comuns pelo condômino inadimplente, pois a restrição configura meio coercitivo proporcional ao inadimplemento das cotas condominiais e não viola a dignidade do morador.
- Ⓒ O condômino que discordar da prestação de contas do síndico tem legitimidade para, individualmente, propor ação judicial de exigir contas em face deste, em razão do dever de transparência na gestão condominial.
- Ⓓ A convenção condominial, por ter natureza contratual e caráter de instrumento de adesão, apenas vincula os condôminos que a subscreveram, sendo inoponível aos adquirentes supervenientes de unidades autônomas que não tenham aderido a ela expressamente.
- Ⓔ O promissário comprador de unidade condominial somente adquire legitimidade para participar e votar nas assembleias após a averbação do compromisso de compra e venda no registro de imóveis, ato formal que, ao tornar a transação oponível a terceiros, configura a ciência do condomínio e funda a relação jurídica entre o adquirente e a coletividade condominial.

Questão 66

Acerca dos pressupostos de existência e de validade do processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A litispendência e a coisa julgada são pressupostos processuais positivos, cuja presença é requisito para que o juiz analise o mérito da causa.
- Ⓑ A capacidade de um sujeito ser parte é um pressuposto processual de existência do processo, ao passo que a capacidade processual (ou capacidade de estar em juízo) é um requisito de validade do processo.
- Ⓒ A incompetência absoluta do juízo é vício que prejudica a existência do processo, tornando inexistentes e insuscetíveis de aproveitamento todos os atos decisórios.
- Ⓓ O interesse de agir é um pressuposto processual subjetivo relativo às partes.
- Ⓔ A citação válida é pressuposto de existência da relação jurídica processual, razão por que sua ausência impede que o processo produza qualquer efeito, mesmo em relação ao autor.

Questão 67

Assinale a opção correta no que diz respeito ao ônus da prova e aos meios de prova, conforme o disposto no Código de Processo Civil (CPC).

- Ⓐ O juiz pode atribuir o ônus da prova de modo diverso da regra geral, em razão da impossibilidade ou excessiva dificuldade de uma parte cumprir o encargo ou da maior facilidade de obtenção da prova pela parte adversa.
- Ⓑ A prova testemunhal é inadmissível em causas cujo valor exceda a dez salários mínimos.
- Ⓒ É vedado ao perito judicial permitir aos assistentes técnicos das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar.
- Ⓓ A produção antecipada de prova depende obrigatoriamente do fundado receio de que se torne impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
- Ⓔ O depoimento pessoal, que pode ser requerido por qualquer das partes, consiste na inquirição da própria parte, com o objetivo de demonstrar a veracidade de suas alegações.

Questão 68

No que se refere ao cumprimento de sentença e ao processo de execução, assinale a opção correta consoante as disposições do CPC e a jurisprudência do STJ.

- Ⓐ A impugnação ao cumprimento de sentença suspende a prática de atos de expropriação, independentemente da garantia do juízo.
- Ⓑ O juiz pode, atendidos os requisitos legais e jurisprudenciais, determinar medidas executivas atípicas, como a apreensão de passaporte, para assegurar o cumprimento de ordem judicial.
- Ⓒ A multa de 10% pelo não pagamento voluntário no prazo legal do cumprimento de sentença incide apenas sobre o principal, excluindo-se os juros e a correção monetária.
- Ⓓ O cumprimento de sentença que reconhecer o dever de pagar quantia será feito de ofício ou a requerimento do exequente.
- Ⓔ A impenhorabilidade de salários e de proventos de aposentadoria é absoluta, não se admitindo qualquer relativização.

Questão 69

Assinale a opção correta a respeito do mandado de segurança e da reclamação constitucional.

- Ⓐ É vedada a concessão de medida liminar em mandado de segurança que verse sobre matéria tributária.
- Ⓑ O prazo decadencial para impetração do mandado de segurança se interrompe pelo pedido de reconsideração formulado à autoridade coatora.
- Ⓒ É cabível reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.
- Ⓓ Só se admite mandado de segurança contra decisão judicial se contra ela couber recurso com efeito suspensivo automático.
- Ⓔ A reclamação admite dilação probatória ampla, admitindo-se até mesmo prova testemunhal a fim de demonstrar o descumprimento de ordem judicial pela autoridade reclamada.

Questão 70

Com base na Lei de Arbitragem (Lei n.º 9.307/1996), assinale a opção correta.

- Ⓐ A cláusula compromissória inserida em contrato de adesão é nula de pleno direito, independentemente do fato de ter a parte vulnerável tomado a iniciativa da arbitragem.
- Ⓑ O prazo decadencial para ajuizamento da ação de nulidade da sentença arbitral é de dois anos, seguindo, por analogia, o rito da ação rescisória.
- Ⓒ A sentença arbitral pode ser revista pelo Poder Judiciário sempre que contrariar o direito positivo nacional.
- Ⓓ A nulidade do contrato que contenha cláusula compromissória implica a nulidade automática dessa cláusula.
- Ⓔ Cabe ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.

Questão 71

Considerando as regras estabelecidas no Código Penal sobre a aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A pena cumprida no estrangeiro pelo agente sempre atenuará a pena que vier a ser imposta no Brasil pelo mesmo crime, seja essa pena de natureza idêntica ou diversa daquela cumprida fora do país.
- Ⓑ A mesma regra é adotada para a definição do tempo e a do lugar do crime: considera-se praticado o delito no momento e no lugar da ação ou omissão, sendo irrelevantes o momento ou o local em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- Ⓒ A lei excepcional ou temporária não se aplicará ao fato praticado durante o seu período de vigência se uma lei posterior deixar de considerar o fato como crime ou for de qualquer modo mais favorável ao agente, em estrita observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- Ⓓ Fica sujeito à lei brasileira, de forma incondicionada, o crime cometido no estrangeiro contra o patrimônio de empresa pública ou sociedade de economia mista, exigindo-se para a aplicação da pena no Brasil, contudo, que o agente entre no território nacional.
- Ⓔ A lei brasileira é aplicável a um crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil; contudo, para a incidência dessa regra, exige-se a conjugação de diversas condições, entre as quais o fato de o agente não ter sido absolvido no estrangeiro, não ter sido pedida ou ter sido negada a extradição, e haver requisição do Ministro da Justiça.

Questão 72

Considerando a disciplina legal prevista no Código Penal brasileiro acerca da desistência voluntária, do arrependimento eficaz, do arrependimento posterior e do crime impossível, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, se o dano for reparado ou a coisa for restituída por ato voluntário do agente até o recebimento da denúncia ou da queixa, a pena será reduzida de um a dois terços, configurando-se o instituto do arrependimento posterior.
- Ⓑ O crime impossível configura-se quando é inviável a consumação do delito, determinando a lei penal que não se pune a tentativa nas situações em que houver ineficácia absoluta ou relativa do meio empregado, bem como diante da absoluta impropriedade do objeto material.
- Ⓒ A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são institutos restritos aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, e ambos resultam na punição do agente pelo crime inicialmente pretendido na sua modalidade tentada, com a correspondente redução de um a dois terços da pena.
- Ⓓ O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução de um crime ou impede que o resultado se produza, não poderá ser punido, ficando isento de pena e com a responsabilidade afastada por quaisquer atos praticados durante a execução do crime.
- Ⓔ O benefício do arrependimento posterior enseja a redução da pena de um a dois terços e se aplica a todos os crimes patrimoniais, exigindo-se que a reparação do dano ou a restituição da coisa ocorra de forma voluntária pelo agente.

Questão 73

A respeito da seletividade do sistema penal e das instâncias de criminalização, assinale a opção correta.

- Ⓐ A seleção vitimizante obedece a um critério de distribuição igualitária entre os diversos estratos da sociedade, uma vez que a vulnerabilidade à vitimização não possui nenhuma relação causal com fatores de classe, raciais ou etários, mas decorre exclusivamente da fatalidade e da proximidade ocasional com o delito.
- Ⓑ A atuação das agências de criminalização secundária desenvolve-se de forma perfeitamente harmônica, coordenada e isolada de fatores externos, operando um poder punitivo fundamentado estritamente na lei e imune à influência das agências de comunicação social.
- Ⓒ O estado de vulnerabilidade de um indivíduo perante o sistema penal é inversamente proporcional à sua correspondência com o estereótipo criminal; por isso, a criminalização secundária atinge de forma implacável a chamada criminalidade não-convencional ou de colarinho branco, em virtude da alta visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação.
- Ⓓ A criminalização primária, por consistir na elaboração formal de um programa punitivo e de leis penais em tese, é caracterizada por sua absoluta neutralidade e universalidade, não implicando, nessa fase, nenhum viés ou passo seletivo.
- Ⓔ A seletividade do sistema penal é estrutural e não há sistema penal no mundo cuja regra geral não seja a criminalização secundária orientada pela vulnerabilidade do candidato, de forma que a criminalização corresponde apenas supletivamente à gravidade do delito, recaindo o poder punitivo precipuamente sobre os autores que se enquadram no estereótipo criminal.

Questão 74

Considerando as teorias relacionadas às funções da pena, assinale a opção correta.

- Ⓐ A teoria da prevenção especial positiva é apontada como a única capaz de legitimar o poder punitivo no Estado democrático de direito, uma vez que as pesquisas empíricas e sociológicas contemporâneas demonstram que a prisão atua como uma instituição terapêutica eficaz, logrando êxito em neutralizar a vulnerabilidade biopsicossocial do delinquente e garantindo a sua harmônica integração social.
- Ⓑ A teoria da prevenção geral positiva, cujo principal expoente metodológico é Feuerbach, objetiva a dissuasão daqueles que não delinquiram por meio da intimidação, utilizando a pena formalizada como uma ameaça psicológica constante.
- Ⓒ As teorias combinatórias são elogiadas por alcançarem pleno êxito ao conjugar, de forma harmônica, a retribuição com a prevenção e superam os defeitos das teorias puras, fornecendo ao juiz um critério seguro e dogmaticamente coerente e eliminando a arbitrariedade na aplicação da pena.
- Ⓓ A adoção de uma teoria negativa ou agnóstica da pena pressupõe o reconhecimento de que a pena não cumpre as funções manifestas que os discursos oficiais lhe atribuem, devendo ser concebida como um ato de poder político, cabendo ao direito penal a função de limitar e conter esse poder punitivo para preservar o estado de direito.
- Ⓔ A vertente da prevenção especial negativa atribui à pena a função manifesta de promover a ressocialização, a reeducação e a reinserção social do delinquente, visando superar a sua inferioridade biopsicossocial de forma construtiva e humanista.

Questão 75

Assinale a opção correta a respeito da teoria da ação, da teoria do tipo, da imputação objetiva e do dolo.

- Ⓐ Consoante a teoria da tipicidade conglobante, nos delitos culposos, a tipicidade exaure-se na constatação do nexa causal aliada à inobservância do dever objetivo de cuidado, sendo dogmaticamente impossível afastar a tipicidade de uma conduta culposa com base em princípios como o da insignificância.
- Ⓑ A tipicidade conglobante, concebida como etapa redutora da tipicidade objetiva, pressupõe a comprovação da existência de um conflito penalmente relevante e, para tanto, exige uma dupla constatação: a lesividade objetivamente imputável ao agente e a antinormatividade, ou seja, a averiguação de que a ação lesiva não é fomentada nem ordenada por nenhuma outra norma da ordem jurídica.
- Ⓒ No que tange ao tipo subjetivo, a atual dogmática orientada à contenção do poder punitivo defende que o dolo prescinde do elemento volitivo e deve ser conceituado de forma estritamente normativa, definindo-se apenas como o conhecimento efetivo do perigo inerente à conduta, restando superada a exigência de que o agente deseje a produção do resultado típico.
- Ⓓ A estrutura do tipo omissivo objetivo esgota-se na mera constatação normativa de que o agente não realizou a conduta prescrita na lei, dispensada a verificação de qualquer nexa causal hipotético ou da efetiva possibilidade física do agente para agir, bastando a inatividade perante o comando legal para a conformação da tipicidade.
- Ⓔ Segundo a dogmática penal contemporânea, o erro de tipo e o erro de proibição produzem as mesmas consequências sistemáticas na estrutura do delito, operando exclusivamente como causas excludentes da culpabilidade do agente, uma vez que eliminam a potencial consciência da ilicitude, mantendo-se, contudo, inalterado e íntegro o dolo.

Questão 76

A respeito dos princípios gerais e informadores do processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se o juiz verificar, nos crimes de ação penal pública, a existência de prova de crime diverso daquele narrado na denúncia, não poderá condenar o réu pela nova imputação se não houver o correspondente aditamento do órgão acusador, em observância ao princípio da correlação.
- Ⓑ O princípio da identidade física do juiz permite que qualquer juiz da mesma vara daquele que tenha presidido a instrução profira a sentença, desde que tenha acesso aos autos da instrução, ainda que não tenha colhido prova oral em audiência.
- Ⓒ O princípio do *favor rei* (*in dubio pro reo*) aplica-se em todo o processo penal, inclusive na fase da pronúncia do procedimento do júri, de modo que a dúvida sobre a autoria deve conduzir à impronúncia do acusado.
- Ⓓ A designação de grupos especializados de atuação no âmbito do Ministério Público viola o princípio do promotor natural, por implicar designação casuística de promotores de justiça para apurar fatos específicos já ocorridos.
- Ⓔ O princípio da verdade real autoriza a revisão criminal *pro societate* quando, após o trânsito em julgado da sentença de absolvição, surgirem novas provas robustas da autoria delitiva, em nome da verdade material.

Questão 77

Acerca do *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- Ⓐ No ordenamento jurídico brasileiro, é inadmitida a impetração de *habeas corpus* coletivo, pois é exigida a identificação individualizada de cada paciente para o conhecimento do *writ*.
- Ⓑ É pacífico o entendimento de que o *habeas corpus* não pode ser impetrado contra ato de particular, uma vez que a coação exercida por quem não exerce função pública configura ilícito penal a ser apurado pela via policial.
- Ⓒ Quando a instauração de inquérito policial for requisitada por promotor de justiça estadual, este será a autoridade coatora para fins de *habeas corpus*, ainda que o delegado tenha realizado materialmente a instauração, competindo ao tribunal de justiça, e não ao juízo de primeiro grau, o julgamento do *writ*, por força do critério da hierarquia.
- Ⓓ A extinção da punibilidade do agente não constitui hipótese legítima de trancamento da ação penal por meio do *habeas corpus*, exigindo-se o manejo de ação própria de natureza declaratória perante o juízo criminal.
- Ⓔ O próprio magistrado, atuando nessa qualidade funcional, pode impetrar *habeas corpus* em favor do réu submetido a constrangimento ilegal em processo de sua presidência, já que a lei autoriza a sua atuação de ofício contra ilegalidades quanto à liberdade individual.

Questão 78

A respeito do inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ O inquérito policial, por ser procedimento indispensável para a formação da *opinio delicti*, deverá acompanhar a denúncia ou a queixa criminal.
- Ⓑ O defensor do investigado tem direito de acesso amplo aos elementos de prova já documentados no inquérito policial sigiloso, no que diga respeito ao exercício do direito de defesa.
- Ⓒ A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito policial quando verificar a manifesta atipicidade da conduta.
- Ⓓ Devido à natureza inquisitorial do inquérito policial, o juiz não pode aproveitar nenhuma prova produzida em tal fase.
- Ⓔ Por ser o inquérito policial um procedimento investigatório, é possível a exceção de suspeição contra a autoridade policial responsável pelas investigações no âmbito do inquérito policial, quando apresentados fatos concretos que retirem a imparcialidade do delegado.

Questão 79

No que concerne ao incidente de falsidade previsto no Código de Processo Penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é permitido que o juiz ordene diligências durante o incidente de falsidade, devendo limitar-se às provas apresentadas pelas partes.
- Ⓑ A arguição de falsidade de documento deve ser feita exclusivamente pela parte interessada, não podendo ser instaurada de ofício pelo juiz.
- Ⓒ A arguição de falsidade feita por procurador exige poderes especiais, e o processo seguirá com autuação em apartado, tendo a parte contrária 48 horas para apresentar resposta.
- Ⓓ A decisão sobre o incidente de falsidade faz coisa julgada material, impedindo que o documento seja objeto de outro processo penal ou civil.
- Ⓔ Se reconhecida a falsidade por decisão irrecorrível, o documento permanecerá nos autos, devendo ser assinalada a sua irregularidade, pois o seu desentranhamento é proibido.

Questão 80

Com base nos dispositivos do Código de Processo Penal e da Lei n.º 9.296/1996, assinale a opção correta a respeito da interceptação telefônica e da cadeia de custódia da prova.

- Ⓐ É tipificada como fraude processual a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação pelo perito responsável.
- Ⓑ A coleta dos vestígios deve ser obrigatoriamente realizada por perito oficial, que deve dar o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- Ⓒ A cadeia de custódia da prova constitui-se, por completo, de três etapas, que são a coleta, o transporte e o processamento dos vestígios, de modo a impedir a manipulação do material.
- Ⓓ A interceptação telefônica poderá ser autorizada quando a infração penal investigada for punida com pena de detenção, tendo o juiz que decidir sobre o pedido no prazo de até cinco dias úteis.
- Ⓔ Após a coleta de vestígio, ele poderá ser manipulado livremente por qualquer agente público, desde que destinado a perícia posterior.

Questão 81

À luz do disposto na Lei Complementar n.º 123/2006, assinale a opção correta.

- Ⓐ A opção pelo Simples Nacional, uma vez exercida, é retratável a qualquer tempo no curso do ano-calendário, mediante comunicação ao comitê gestor.
- Ⓑ Os dispositivos dessa lei, excetuados os relativos aos tributos e contribuições, aplicam-se às microempresas e às empresas de pequeno porte ainda que não enquadradas no regime tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção.
- Ⓒ O recolhimento unificado no Simples Nacional abrange o imposto de renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente.
- Ⓓ Considera-se microempresa, para os efeitos da referida lei, a sociedade empresária que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000.
- Ⓔ A equiparação do produtor rural pessoa física e do agricultor familiar ao regime da referida lei alcança também as disposições relativas aos tributos e contribuições nela previstas.

Questão 82

Considerando o disposto na Lei n.º 8.934/1994 acerca dos atos pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, assinale a opção correta.

- Ⓐ Sujeita-se ao arquivamento no referido Registro Público a alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social, quando houver cláusula restritiva.
- Ⓑ O nome empresarial obedecerá aos princípios expressos da veracidade, da novidade e da anterioridade registral de âmbito nacional.
- Ⓒ A proteção ao nome empresarial depende de requerimento específico do interessado, formulado em apartado do pedido de arquivamento dos atos constitutivos.
- Ⓓ O registro compreende a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas, sendo dispensada a dos agentes auxiliares do comércio, regida por lei própria.
- Ⓔ O registro compreende a matrícula, e o seu cancelamento, dos leiloeiros, dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, dos trapicheiros e dos administradores de armazéns-gerais.

Questão 83

Com base nas disposições da Lei n.º 8.934/1994 relativas às finalidades e à organização do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os atos das sociedades mercantis serão arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins somente quando o objeto social explorado for de natureza empresarial.
- Ⓑ As juntas comerciais subordinam-se, técnica e administrativamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- Ⓒ Haverá uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital, admitida a extensão de sua jurisdição a unidades federativas limítrofes mediante convênio.
- Ⓓ É vedado às juntas comerciais desconcentrar seus serviços mediante convênio com entidades privadas sem fins lucrativos, em razão da proibição de transferência das competências delegadas, derivada da indisponibilidade do interesse público e da legalidade.
- Ⓔ O referido registro público é exercido em todo o território nacional, de forma sistêmica, por órgãos federais, estaduais e distrital.

Questão 84

A sociedade empresária X ajuizou ação de reparação de danos contra dois ex-empregados e contra a sociedade concorrente para a qual eles passaram a trabalhar, sob alegação de desvio de clientela. No curso da ação, restou comprovado que, ainda na vigência dos contratos de trabalho com X, os empregados valeram-se da condição de representantes da empregadora perante a clientela para direcionarem negócios à concorrente. Após seu desligamento da sociedade empresária X, os empregados continuaram a atuar no mesmo segmento de mercado e a contratar com os mesmos clientes. Destaca-se que não havia, nos contratos de trabalho com X, cláusula de não concorrência para o período posterior ao vínculo.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do disposto na Lei n.º 9.279/1996 e do entendimento do STJ.

- Ⓐ A conduta dos ex-empregados seria ilícita apenas se eles houvessem constituído sociedade própria, pois a prestação de serviços a concorrente constitui exercício regular de direito, inclusive na vigência do contrato de trabalho.
- Ⓑ O conhecimento técnico e a experiência profissional adquiridos pelos empregados ao longo do vínculo trabalhista integram o segredo de negócio da empregadora, sendo vedada sua utilização em proveito de concorrente após o desligamento.
- Ⓒ A inexistência de cláusula de não concorrência para o período posterior ao vínculo trabalhista é irrelevante, pois o dever de lealdade do ex-empregado subsiste, por força de lei, pelo prazo mínimo de dois anos contados do término do vínculo.
- Ⓓ A caracterização da concorrência desleal tipificada na mencionada lei depende da produção de resultado naturalístico, consistente na redução comprovada do faturamento da empregadora, no caso em questão, a sociedade empresária X.
- Ⓔ O direcionamento de clientes à concorrente na vigência do contrato de trabalho configura desvio ilícito de clientela e, portanto, ato de concorrência desleal, não se estendendo a ilicitude ao período posterior ao desligamento.

Questão 85

Julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei n.º 9.279/1996 bem como no entendimento do STJ.

- I A proteção especial conferida à marca de alto renome em todos os ramos de atividade pressupõe procedimento administrativo perante o INPI, ao qual incumbe analisar os requisitos da respectiva qualificação, não cabendo ao Poder Judiciário substituir-se à autarquia nessa avaliação.
- II A vedação ao registro de sinal ou expressão empregada como meio de propaganda deve ser aplicada de forma criteriosa, somente quando evidenciado o caráter exclusivo de propaganda do sinal, admitindo-se o registro de marca mista cujo conjunto apresente distintividade suficiente.
- III A propriedade da marca adquire-se pelo uso comercial anterior e continuado, tendo o registro perante o INPI natureza meramente declaratória da titularidade preexistente.
- IV A marca internacional notoriamente conhecida em seu ramo de atividade goza de proteção especial, em todos os ramos de atividade, independentemente de prévio registro no Brasil.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 86

Acerca das espécies de marca, assinale a opção correta.

- Ⓐ Marca mista é a constituída exclusivamente por palavras ou por combinação de letras e algarismos, sem apresentação fantasiosa.
- Ⓑ Não são registráveis como marca a letra, isoladamente considerada, ainda que revestida de suficiente forma distintiva.
- Ⓒ É registrável como marca o termo técnico que, usado na indústria, na ciência e na arte, tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.
- Ⓓ Quanto à natureza, as marcas classificam-se em: de produto ou serviço; coletiva; e de certificação.
- Ⓔ Marca coletiva é a que se destina a atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, à natureza e ao material empregado.

Questão 87

Os cinco sócios de determinada sociedade limitada, logo após o arquivamento do contrato social na junta comercial, firmaram documento por todos assinado, denominado estatuto, no qual disciplinaram deveres e obrigações dos sócios, participação nos lucros e hipóteses de exclusão extrajudicial por justa causa. O documento não foi levado a registro. Anos depois, sócios representativos de mais da metade do capital social da sociedade deliberaram a exclusão de um dos sócios por atos de inegável gravidade, o que foi feito em reunião especialmente convocada para esse fim, assegurado o direito de defesa ao acusado.

Com base nessa situação hipotética, no Código Civil e no entendimento do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ O sócio excluído tem direito ao reembolso pelo valor nominal de sua quota, vedada a apuração de haveres com base em balanço especialmente levantado.
- Ⓑ A exclusão do sócio prescinde de previsão contratual, bastando a deliberação de sócios representativos de mais da metade do capital social e a comprovação de atos de inegável gravidade.
- Ⓒ A convocação de reunião ou assembleia especialmente destinada à deliberação é dispensável quando a exclusão se fundar em atos de inegável gravidade, bastando a prévia notificação do sócio excluindo.
- Ⓓ A exclusão do sócio é nula, uma vez que a cláusula de exclusão por justa causa somente produz efeitos se constante de contrato social ou de alteração contratual devidamente arquivada na junta comercial.
- Ⓔ A exclusão do sócio é válida, pois o documento assinado por todos os sócios, apto a complementar ou a alterar o contrato social, supre a exigência de previsão contratual, e a falta de registro não obsta a produção de efeitos internos entre os sócios.

Questão 88

Acionistas titulares de 3% do capital social de determinada companhia, sem que houvesse sido convocada assembleia geral para deliberar sobre a responsabilidade da sociedade controladora, promoveram, com fundamento na Lei n.º 6.404/1976, medida judicial destinada à reparação de danos causados ao patrimônio social por atos da controladora.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do disposto na Lei n.º 6.404/1976 e do entendimento do STJ.

- A** Os acionistas minoritários carecem de legitimidade extraordinária enquanto não caracterizada a inércia da companhia, a qual se verifica quando, convocada a assembleia geral para deliberar sobre a responsabilidade, há deliberação autorizativa sem que sejam promovidas as medidas cabíveis nos três meses subsequentes, ou quando há deliberação negativa.
- B** A ação para buscar a reparação dos danos pode ser proposta por qualquer acionista, desde que preste caução idônea pelas custas e honorários de advogados no caso de a ação vir a ser julgada improcedente, e a sociedade controladora, se condenada, além de reparar o dano e arcar com as custas, pagará honorários de advogado de 10 a 20% e prêmio de 10% ao autor da ação, calculados sobre o valor da indenização.
- C** No caso de ser julgada procedente a ação promovida pelos acionistas, a indenização a ser paga pela sociedade controladora reverte diretamente ao patrimônio dos autores, na proporção de suas respectivas participações societárias.
- D** Somente acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital social têm legitimidade para a ação de reparação, sendo vedada a propositura por acionista com participação inferior.
- E** A legitimidade dos acionistas minoritários é originária e concorrente com a da companhia, sendo indiferente, para o seu exercício, a existência de prévia deliberação assemblear.

Questão 89

No que diz respeito à concentração empresarial e à defesa da livre concorrência, assinale a opção correta.

- A** A detenção de posição dominante, bem como a existência de estrutura monopolista ou oligopolista, não constitui, por si só, infração à ordem econômica, dependendo a ilicitude da adoção de condutas abusivas, tais como a prática de preços predatórios, a venda casada e a recusa injustificada de contratar.
- B** A posição dominante somente se presume quando a empresa ou o grupo de empresas controlar parcela igual ou superior a 50% do mercado relevante, vedada a alteração desse percentual para setores específicos da economia.
- C** Preço predatório consiste na fixação de preços acima do custo variável médio, com o propósito de maximizar a margem de lucro no curto prazo.
- D** A concentração vertical ocorre entre empresas concorrentes que atuam no mesmo mercado relevante, ao passo que a concentração horizontal envolve empresas situadas em estágios distintos da cadeia produtiva.
- E** Cartel é o acordo celebrado entre empresas situadas em elos distintos da cadeia produtiva com a finalidade de fixar preços de revenda, caracterizando modalidade de concentração horizontal.

Questão 90

Com base no disposto no Código Civil sobre a sociedade em comandita simples e a sociedade em comandita por ações, assinale a opção correta.

- A** Na comandita simples, o sócio comanditário pode ser constituído procurador da sociedade para negócio determinado e com poderes especiais, sem que, por esse fato, fique sujeito às responsabilidades do sócio comanditado.
- B** Falecendo o sócio comanditário, a sociedade em comandita simples dissolve-se de pleno direito, salvo se os sócios remanescentes optarem pela continuação da sociedade com os sucessores.
- C** Na comandita por ações, a assembleia geral pode, independentemente do consentimento dos diretores, deliberar o aumento do capital social e a criação de debêntures.
- D** Na comandita simples, os sócios comanditados podem ser pessoas naturais ou jurídicas, respondendo solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- E** Na comandita por ações, qualquer pessoa pode ser nomeada diretora, respondendo subsidiariamente e limitadamente pelas obrigações da sociedade.

Questão 91

Em relação à recuperação extrajudicial prevista na Lei n.º 11.101/2005, assinale a opção correta.

- A** Após a distribuição do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, é vedada a desistência unilateral dos credores aderentes, exceto se houver a concordância expressa de todos os outros signatários.
- B** É vedado prever, no plano de recuperação extrajudicial, a produção de efeitos anteriores à sua homologação judicial.
- C** Os créditos decorrentes de relação de trabalho e de acidentes de trabalho não podem integrar o plano de recuperação extrajudicial, dada a natureza estritamente indisponível das verbas trabalhistas no âmbito falimentar.
- D** Os créditos de natureza tributária, a critério da fazenda pública exequente, poderão ser habilitados no âmbito da recuperação extrajudicial.
- E** A apresentação do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial impede que qualquer credor, mesmo aqueles não sujeitos ao referido plano, ajuíze ou prossiga com pedidos de decretação de falência do devedor.

Questão 92

A respeito da falência e da recuperação judicial, julgue os seguintes itens, com base na Lei n.º 11.101/2005 e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- I A fazenda pública pode habilitar créditos tributários em processo de falência, desde que não sejam objeto de execução fiscal em curso.
- II Os débitos condominiais, ainda que constituídos em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, são classificados como créditos extraconcursais, não se submetendo ao juízo da recuperação judicial.
- III A execução de crédito sujeito à recuperação judicial de empresário individual pode prosseguir contra a pessoa física do empresário, se este figurar na condição de avalista da obrigação.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 93

Acerca do encerramento do processo falimentar e do procedimento de extinção das obrigações do falido, assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei n.º 11.101/2005.

- Ⓐ O trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência provoca o reinício da contagem do prazo prescricional de todas as obrigações remanescentes do falido, sendo vedada a extinção definitiva dos débitos sem a respectiva quitação integral.
- Ⓑ Uma vez declaradas extintas por sentença as obrigações do falido, ficarão ressalvadas do efeito liberatório final apenas as obrigações de natureza trabalhista, que deverão prosseguir na justiça especializada.
- Ⓒ A sentença que rejeitar as contas do administrador judicial fixará suas responsabilidades e servirá como título executivo para indenização da massa falida, não podendo, entretanto, dar ensejo ao sequestro ou à indisponibilidade de seus bens.
- Ⓓ Serão consideradas extintas as obrigações do falido se houver o pagamento de mais de 25% dos créditos quirografários depois de realizado todo o ativo.
- Ⓔ A apresentação do requerimento para que sejam declaradas extintas por sentença as obrigações do falido enseja a publicação de edital para a oponibilidade exclusiva dos credores.

Questão 94

Assinale a opção correta em relação ao pagamento do passivo no âmbito da falência, consoante o disposto na Lei n.º 11.101/2005.

- Ⓐ Realizada a liquidação dos bens, o produto da arrecadação do ativo será destinado prioritariamente ao pagamento dos credores subordinados e quirografários, devendo os créditos extraconcursais aguardar o encerramento do rateio geral.
- Ⓑ As despesas cuja antecipação seja indispensável à administração da falência dependem obrigatoriamente de prévia apuração do quadro-geral de credores, sendo vedado ao administrador judicial realizar qualquer pagamento antes do encerramento das habilitações.
- Ⓒ Ocorrendo a reserva de valores para créditos impugnados ou pendentes de decisão, caso o direito do credor não seja reconhecido ao final, os recursos mantidos em depósito serão automaticamente revertidos ao falido.
- Ⓓ Uma vez evidenciada a ocorrência de dolo ou má-fé na constituição de determinado crédito ou de sua garantia no processo falimentar, o credor faltoso deverá restituir em dobro as quantias que houver recebido, acrescidas dos juros legais.
- Ⓔ Todos os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial que vencerem em data anterior à decretação da falência possuem prioridade e deverão ser pagos tão logo haja disponibilidade em caixa, observado o limite individual por trabalhador previsto em lei.

Questão 95

Assinale a opção em que são corretamente citadas modalidades previstas na Lei n.º 11.101/2005 para a alienação de bens.

- Ⓐ pregão e processo competitivo organizado promovido por agente especializado
- Ⓑ leilão eletrônico e pregão
- Ⓒ propostas fechadas e pregão
- Ⓓ leilão eletrônico, presencial ou híbrido, e processo competitivo organizado promovido por agente especializado
- Ⓔ leilão por lances orais e propostas fechadas

Questão 96

Acerca da geração de energia elétrica no estado de Mato Grosso, assinale a opção correta.

- Ⓐ A madeira de pinus e de eucalipto e madeiras tropicais, consideradas fontes renováveis, têm diminuído o preço da energia elétrica gerada no estado a partir da queima de carvão mineral e biomassa.
- Ⓑ A participação da energia hidrelétrica no estado tem diminuído a partir da expansão de fontes renováveis como a radiação solar, biomassa e termoelétrica de petróleo e gás natural.
- Ⓒ A energia elétrica gerada a partir de fontes hidráulicas tem a maior participação na matriz energética do estado, em usinas hidroelétricas de pequeno, médio e grande porte.
- Ⓓ A introdução do gás natural liquefeito de petróleo a partir do gasoduto Bolívia-Brasil tem aumentado a participação desse recurso na matriz energética do estado, a partir de sua utilização como combustível de veículos automotores e máquinas, na geração de energia termoelétrica renovável e na utilização doméstica e industrial.
- Ⓔ O etanol de milho utilizado em usinas termoelétricas tem-se expandido na matriz energética do estado pelo baixo custo de sua produção, embora contribua para o aumento significativo da emissão de gases de efeito estufa.

Questão 97

Assinale a opção em que é apresentado exemplo de prática sustentável adotada pelo estado de Mato Grosso para a consolidação de uma agropecuária alicerçada em sistemas sustentáveis, resilientes e produtivos.

- Ⓐ ampliação de áreas de integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais.
- Ⓑ adoção de incentivos fiscais como isenções, reduções de alíquotas e créditos presumidos em tributos como ICMS, PIS, COFINS e IT para o setor agropecuário.
- Ⓒ diminuição ou extinção de tarifas de exportação e fomento à produção agropecuária.
- Ⓓ incentivo à produção de monoculturas, o que tem contribuído para a diminuição da ação de pragas agrícolas e do uso de defensivos e fertilizantes, e, consequentemente, para o aumento da biodiversidade do solo e do meio ambiente.
- Ⓔ utilização do composto NPK (nitrogênio, fósforo e potássio), fertilizantes naturais que reduzem o impacto ambiental.

Questão 98

A BR-163 escoia grande parte da produção de grãos do norte do Mato Grosso para o porto de Santarém, no Pará. Acerca dessa rodovia e dos sistemas de transporte no Brasil, assinale a opção correta.

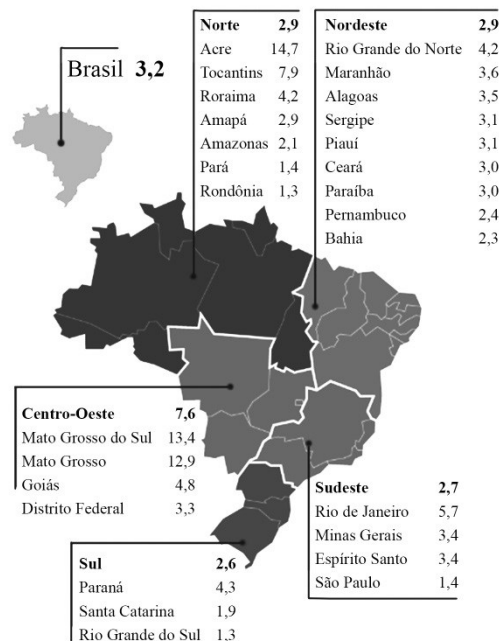
- A** A BR-163 apresenta boas condições de transporte de cargas, com infraestrutura de apoio aos motoristas, além de ser totalmente asfaltada e duplicada em todo o seu percurso, o que diminui o tempo e o custo de transporte de grãos do Mato Grosso para os mercados nacional e internacional.
- B** Mato Grosso é o estado com maior produção de soja no Brasil e o terceiro produtor mundial do grão no mundo, sendo a totalidade de sua produção exportada através da BR-163 para o beneficiamento em indústrias nos EUA, Canadá, Europa Ocidental e China.
- C** A cadeia logística de transporte da soja através da BR 163 e da hidrovía do Tapajós é monopólio de empresa pública — a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
- D** A BR-163 é a rodovia por onde a soja produzida no Mato Grosso é levada até as estações de transbordo de carga no porto de Miritituba, em Itaituba, no estado do Pará, e, através do rio Tapajós, ela é transportada aos portos do arco norte, como Santarém, em um circuito logístico intermodal.
- E** Os portos de grande porte para o transporte hidroviário de grãos do arco norte, como os de Santarém e Barcarena no Pará, o de Rio Branco no Acre e o de Porto Velho em Rondônia, são importantes opções de redução do valor do frete e do tempo de transporte da soja mato-grossense em direção aos mercados internacionais da Europa e Ásia.

Espaço livre

Questão 99

Produto interno Bruto (PIB – 2023)

Variação em volume em relação o ano anterior (%)



Agência de Notícias – IBGE, 2024.

Considerando a figura precedente, que mostra o crescimento do PIB dos estados brasileiros no ano de 2023 em comparação a 2022, e aspectos da economia brasileira, assinale a opção correta.

- A** O crescimento do PIB ocorreu na maioria dos estados brasileiros, com exceção dos das regiões Sul e Sudeste, onde houve queda expressiva da produção industrial.
- B** O maior crescimento do PIB das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste em relação às demais regiões brasileiras, impulsionado pelo crescimento do setor de serviços, reforça a centralidade do centro-sul na economia brasileira.
- C** O PIB das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, impulsionado pela expansão das atividades agropecuárias, teve índices de crescimento acima do PIB nacional.
- D** O aumento do PIB no estado do Mato Grosso deveu-se ao crescimento da indústria a partir de políticas de incentivos fiscais que atraíram empresas farmacêuticas, vestuário e produtos químicos.
- E** O crescimento do PIB do Centro-Oeste, com índices elevados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi impulsionado pela agropecuária, em atividades como a produção de soja, milho, algodão e carne bovina.

Questão 100

A elevada participação do agronegócio na composição da produção da agropecuária no Brasil deve-se ao uso intensivo de tecnologia. Acerca dos recursos tecnológicos empregados no setor agropecuário brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A inovação na agropecuária do Mato Grosso é marcada por duas características: a adaptação à realidade tropical brasileira de tecnologias produzidas em países de clima temperado e o número limitado de soluções tecnológicas aplicadas às características locais de produção.
- Ⓑ Na produção de grãos, especialmente na de soja e milho, são utilizadas tecnologias modernas como rotação de culturas, agricultura consorciada e calagem.
- Ⓒ A diversidade da produção agrícola brasileira requer a utilização de tecnologias como a mecanização da produção e a utilização organismos vegetais modificados geneticamente, classificados como sementes crioulas.
- Ⓓ O uso de GPS, sensores de solo, mapas digitais e *softwares* de gestão agrícola são tecnologias da agricultura de precisão que fornecem aos agricultores informações para o monitoramento da produção agrícola, contribuindo para a redução dos custos, a aplicação eficiente de insumos e o aumento da produtividade.
- Ⓔ O perfil do agricultor brasileiro é classificado como inovador em razão da utilização de tecnologias como os sistemas de irrigação artificial utilizados em Mato Grosso no período das chuvas (primavera/verão), a chamada agricultura de sequeiro, que aumenta a produtividade agrícola.

Espaço livre